

DECRETO Nº 78

de 31 de outubro de 2019

"Dispõe sobre encerramento do exercício de 2019 estabelecendo normas relativas à execução orçamentária, financeira, patrimonial e a elaboração dos Balanços Gerais do Município de Jardim-MS, quanto ao referido exercício, e dá outras providências".

Guilherme Alves Monteiro - Prefeito do Município de Jardim - Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, artigo 76, inciso VII e, Considerando a redução das principais receitas públicas, resultando em perdas na receita total, afetando o equilíbrio financeiro, e comprometendo as finanças municipais;

Considerando o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF que estabelece que o Poder Executivo deverá promover, por ato próprio e/fíos montantes necessários a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias:/

Considerando a necessidade de elaboração do balanço anual em atendimento às exigências contidas nas normas contábeis, em especial no MCASP/2019 - Manual Contabilidade Aplicada ao Setor Público, na Lei 4.320/64 e na Lei de Responsabilidade Fiscal; Considerando a necessidade de estabelecer prazos para procedimentos de aquisição de bens e serviços, processos licitatórios, emissão de empenhos, pagamento de fornecedores e outros procedimentos contábeis: DECRETA:

Art. 1º.

Os órgãos do Poder Executivo, da administração direta e indireta, regerão suas atividades de acordo com as normas deste Decreto.

Capítulo I.

DAS LICITAÇÕES E AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS

Art. 2º. A realização de processos licitatórios para aquisição de bens e contratação de serviços neste exercício de 2019 obedecerão aos seguintes prazos limites:

I.

Fica vedado a partir de 18 de novembro/2019 a abertura **dentívos** processos licitatórios nas modalidades tomada de preços, concorrência, leilão, cartas convites e pregão para aquisições a serem realizadas neste exercício de 2019;

II.

Fica vedada a aquisição de bens e contratação de serviços por compra direta para aquisições a serem realizadas neste exercício de 2019, a partir de 11 de novembro de 2019;

Art. 3º.

Fica determinado aos Secretários Municipais e dirigentes de Fundos e demais órgãos da administração indireta que encaminhe até 11 de novembro/2019 à Secretaria Municipal de Finanças e Administração os pedidos de aquisição de bens e serviços a serem adquiridos neste exercício, de forma que o setor possa iniciar os procedimentos licitatórios.

1º

Para o exercício de 2020 os pedidos de aquisição de bens e serviços deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal de Finanças e Administração até 18 de novembro/2019 e deverão ter seu procedimento licitatório iniciados em 2019.

2º

fica vedado assumir compromissos financeiros para execução no próximo exercício.

Capítulo II.

DA CONTENÇÃO DE DESPESA

Art. 4º.

Fica determinada a contenção das despesas com custeio da máquina administrativa, em pelo menos 10% (dez por cento) em todos os órgãos da administração municipal.

Parágrafo único. .

Fica vedada a realização de novas despesas ou a assunção de compromissos utilizando-se de recursos próprios, sujeitando-se o ordenador de despesa às penalidades de descumprimento desta determinação.

Art. 5º.

Fica proibido o uso de veículos públicos fora do horário/de expediente e nos finais de semana e feriados, à exceção das ambulâncias, veículos do Conselho Tutelar e do Gabinete do Prefeito.

Art. 6º.

Fica vedada, no âmbito do Poder Executivo Municipal, até o final deste exercício, a prática de qualquer ato que importe no aumento da despesa com pessoal.

1º

Ficam suspensas as contratações de servidores em caráter temporário, nomeações em cargos em comissão, concessão de gratificações e outros adicionais;

2º

Fica limitada a concessão de férias e licença prêmio até 31 de janeiro de 2020, à exceção dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação.

3º

Fica proibida a partir da emissão deste Decreto o pagamento de qualquer adicional, gratificação ou qualquer outra despesa de pessoal, salvo disposição legal;

4º

Fica reduzido o pagamento de horas extraordinárias de trabalho para todos os cargos até o final do exercício;

5º

Fica autorizada a compensação de horas trabalhadas fora do horário normal de expediente por tempo equivalente de folga, a critério do Secretário de cada pasta, que instituirá os dias de folga e horários de trabalho;

6º

Fica proibida a aquisição de material permanente com recursos próprios;

7º

Ficam reduzidas as concessões de diárias e as participações em cursos e outros eventos, que deverão ser autorizadas previamente pelo Prefeito Municipal.

Art. 7º.

Fica proibido a partir da publicação deste Decreto:

I.

a celebração de novos contratos de terceirização de mão de obra, locação de imóveis, locação de veículos, que impliquem em acréscimo de despesa neste exercício financeiro;

II.

a aquisição de móveis, equipamentos e outros materiais permanentes e novos contratos para execução de obras e projetos de engenharia com recursos próprios até o encerramento do exercício de 2019, à exceção daqueles realizados com receitas vinculadas.

Art. 8º.

Fica proibida a realização de novos convênios ou termo de cooperação com entidades benficiantes, filantrópicas, organizações não governamentais e similares, para repasse de recursos próprios, à exceção daqueles realizados com receitas vinculadas.

Capítulo III.

DO ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 9º.

O encerramento da execução orçamentária, financeira e contábil do exercício de 2019 deve observar os preceitos constantes neste Decreto, sem prejuízo do princípio da anualidade do orçamento, previsto no art. 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do regime de competência determinado pelo art. 50, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 10.

Para a observância do regime de competência da despesa, somente deverão ser empenhadas e contabilizadas no exercício financeiro as parcelas dos contratos, convênios e demais ajustes cujo fato gerador ocorra até 31 de dezembro do respectivo exercício financeiro.

Seção I.

DO EMPENHO DA DESPESA

Art. 11.

Os órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo encaminharão à Secretaria Municipal de Finanças e Administração as suas solicitações de empenhos, impreterivelmente até o dia 11 de novembro de 2019.

Art. 12.

O prazo máximo para emissão de notas de Empenho à conta das dotações orçamentárias do corrente exercício será o dia 18 de novembro de 2019, após esta data não será permitida sua emissão.

1º A vedação de emissão de empenho de despesa estabelecido no "caput" tem como exceção os empenhos de despesa com pessoal e encargos, despesas com pagamento de dívidas de longo prazo, precatórios, débitos autorizados em conta corrente, despesas com energia elétrica, abastecimento de água e telefonia, diárias, despesas necessárias para cumprimento de índices constitucionais, contratos objeto de processos licitatórios abertos ou em andamento até 18 de novembro de 2019 e compromissos resultantes de Convênios, Termos de Ajustes ou transferências voluntárias realizados com outros entes da federação.

Art. 13.

O prazo máximo para emissão de Autorização de Fornecimento - AF à conta das dotações orçamentárias do corrente exercício, será o dia 25 de novembro de 2019, após esta data não será permitida sua emissão.

Jardim-MS, 31 de Outubro de 2019.

GUILHERME ALVES MONTEIRO Prefeita Municipal

Decreto Nº 78/2019 - 31 de outubro de 2019